

5 AGO 1986

Comissão Constitucional aprova a adoção de sistema misto de governo

Da Sucursal do Rio

Um sistema de governo que combine características do parlamentarismo e do presidencialismo, chamado de "dualismo de complementariedade", será sugerido pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais ao Congresso constituinte. De acordo com a proposta, o presidente da República será eleito por voto direto, terá um mandato de seis anos e governará em conjunto com o presidente do Conselho de Ministros, uma espécie de primeiro-ministro, cujo nome será indicado pelo presidente e precisará de aprovação do Congresso. As propostas foram aprovadas ontem pela plenária da Comissão, reunida de 9h às 19h30 no Hotel Glória, na Glória, zona sul do Rio.

O "dualismo de complementariedade" foi defendido pelo jurista Miguel Reale, 74, e pelo cientista político Hélio Jaguaribe, 63. Foram derrotadas sugestões do jurista Miguel Reale Jr. e de José Afonso da Silva, também favoráveis a um sistema de governo misto, mas com

maiores poderes para o presidente da República, que seria o responsável pela administração pública. Pela proposta aprovada, esta será uma atribuição do presidente do Conselho.

A duração do mandato do presidente provocou grande debate. O procurador-geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence, defendeu a tese de que a comissão não deveria fixar a duração, porque a "sugestão será interpretada politicamente e haverá a acusação de que a aprovação é uma encomenda tática do presidente Sarney, que nomeou a Comissão". Para evitar este problema, os conselheiros optaram por incluir nas "Disposições Transitórias" do seu anteprojeto constitucional que a fixação da duração do mandato do atual presidente será feita pelo Congresso constituinte. A proposta de seis anos sem reeleição foi de Miguel Reale e derrotou a de Jaguaribe (quatro anos com reeleição) e a do jurista Luís Pinto Ferreira (cinco anos sem reeleição).

A criação de um Conselho de Comunicação Social, formado por

onze membros, com representação obrigatória e majoritária da comunidade", para outorgar as concessões de frequências de rádio e TV, promover a revogação ou a renovação das concessões e tratar de questões relativas à política de Comunicação Social também foi aprovada ontem pela comissão. Foi decidido que brasileiros naturalizados há mais de dez anos poderão ser proprietários de empresas jornalísticas.

O anteprojeto da Comissão terá, pela primeira vez na história do Brasil, um capítulo específico sobre meio-ambiente. Neste capítulo, conforme decisões de ontem, ficará estabelecido que a instalação de usinas nucleares ou hidrelétricas e de indústrias poluentes dependerá de autorização do Congresso Nacional, que a Amazônia é "patrimônio nacional" e seu território só poderá ser explorado respeitando-se as condições ecológicas e que o Brasil não permitirá a caça a baleia ou a outros animais em extinção em seu território, entre outras sugestões.

Baeta quer limitar a propriedade

KAZUMI KUSANO

Enviado especial a Belém

Em entrevista concedida à Folha, no início da tarde de ontem, no Hotel Regente, no centro de Belém (PA), onde se refugiou para revisar o discurso de dezesseis páginas que pronunciará à noite na abertura do 11ª Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o presidente do Conselho Federal da entidade, Hermann Assis Baeta, 53, defendeu a limitação do direito de propriedade na próxima Constituição, argumentando que, para implementar a reforma agrária, "não basta a simples desapropriação, a simples colonização". No entender de Baeta, como "ponto inicial para a desconcentração da grande propriedade", o texto constitucional deve limitar o direito de propriedade, definindo a dimensão máxima admissível em hectares ou módulos.

"Já é tempo de se colocar no futuro texto constitucional dispositivos que limitem, pelo menos para o futuro, o direito de propriedade. É preciso que se defina se realmente a propriedade no Brasil deve ter uma função social — que deve ter — e não só no papel, do ponto de vista formal, mas na realidade", afirmou Baeta. O presidente da OAB voltou a defender a ocupação de latifúndios ociosos por trabalhadores sem terra, argumentando que eles se sentem forçados a isso pela necessidade de sobreviver.

Na opinião de Hermann Baeta, a ocupação não-violenta — que ele distingue de invasão (que pressuporia uso da violência) — é também "uma forma de pressão social para que o Estado realize efetivamente a reforma agrária". Baeta é favorável também à inclusão, na futura Constituição, de dispositivo que assegure aos trabalhadores o direito de greve.

Discurso

Ao discursar ontem à noite, na sessão solene de abertura da Conferência da OAB, no Centro Turístico e Cultural Tancredo Neves, em Belém (PA), Baeta afirmou que "a deformação do processo constituinte (referindo-se à atribuição de poderes constituintes ao Congresso a ser eleito) nos conduz à convicção de que não teremos uma Constituição democrática". Segundo Baeta, ao invés de uma nova Constituição, o país terá apenas uma revisão constitucional "que provavelmente consolidará muitas das normas em vigor, expurgando-se do texto algumas normas arbitrárias e, até mesmo incluindo-se outras de teor democrático". "Mas não iremos dispor de uma nova Constituição legítima e democrática, fruto da consciência nacional, capaz de dar início a um novo sistema de vida aos brasileiros", disse Baeta. O presidente José Sarney designou, para representá-lo na abertura da 11ª Conferência Nacional da OAB, o consultor-geral da República, Saulo Ramos.

Hermann Baeta defendeu, em seu discurso, medidas com o objetivo de dar plena independência ao Poder Judiciário que, atualmente, segundo ele, "não é independente, pois é nomeado pelo Poder Executivo, e suas finanças e sua administração são gerenciadas e controladas por aquele poder". Propôs a criação do Tribunal Constitucional, que seria a suprema Corte do país e se incumbiria do "controle da constitucionalidade das leis e dos atos administrativos" e seria eleito pelo Poder Legislativo por prazo determinado. Igualmente, seriam organizados tribunais constitucionais nos Estados.

Reforma agrária

O presidente da OAB criticou o tratamento dado pelo governo à reforma agrária, afirmando que "existe no campo, sem exagero, uma verdadeira guerrilha não declarada, e não se adotou medida concreta capaz de remover as causas desses conflitos, que residem na estrutura arcaica da terra". "Excentuando-se um pequeno número de desapropriações, incapaz de proporcionar, nesta fase inicial, o necessário para atender à população rural, o que se faz é tentar implantar uma legislação de alto teor repressivo, anticientífica, retrógrada e desumana".

O jornalista KAZUMI KUSANO viajou a Belém a convite do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).